

Dívida: é preciso uma solução conjunta.

"O problema das dívidas externas assumiu tal proporção hoje que não é mais possível se pensar em negociações sem que os países devedores se unam na busca de soluções conjuntas."

A afirmação é de um dos mais conceituados banqueiros internacionais, o australiano James D. Wolfensohn, presidente da James D. W. Incorporated, importante instituição de investimentos norte-americana. Responsável pela coordenação da operação financeira de salvamento da Chrysler, há cerca de oito anos, e provável sucessor na presidência do Banco Mundial de Alden Clausen (já era um dos três fortes candidatos quando da saída de Robert McNamara), Wolfensohn falou com exclusividade ao *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*. Em Campinas, onde participou de um debate na Unicamp sobre a concessão de benefícios fiscais na renda atribuída a operações de caráter cultural ou artístico, na condição de diretor do Carnegie Hall Theatre, de Nova York.

Wolfensohn entende que não há mais lugar para decisões isoladas e intransigências, e disse que da mesma forma que o Plano Baker conseguiu reunir os bancos privados com as instituições oficiais para evitar uma interrupção nos pagamentos dos países devedores e tentar melhorar as condições de refinanciamento, uma iniciativa semelhante deveria ser tomada pelas nações em débito para melhor aproveitarem as vantagens financeiras oferecidas. "Está ocorrendo uma tensão muito grande entre a política doméstica dos países endividados e a política financeira internacional", identificou o banqueiro.

Segundo ele, o primeiro passo para se tentar eliminar o problema foi dado com a formalização do Plano Baker, um programa de auxílio financeiro que prevê nos próximos três anos empréstimos de US\$ 29 bilhões aos países devedores, com US\$ 9 bilhões provenientes do Banco Mundial e o restante através de bancos privados internacionais.

Ajuda colateral

Para Wolfensohn, são improcedentes as críticas de que esse programa se comportaria com a mesma característica de controlador financeiro exercida pelo Fundo Monetário Internacional. "Não se trata de uma intervenção. A proposta é de um programa de auxílio colateral ao FMI", argumentou. De acordo com ele, o Plano Baker só apresenta vantagens na medida em que o apoio do Banco Mundial motivou as instituições privadas a oferecer novos empréstimos, possibilitando aos países devedores encontrar novos créditos para continuarem se desenvolvendo.

"Além disso, o Plano Baker deixa completamente aberta a oportunidade de manifestações políticas ou financeiras por parte dos países auxiliados pelo programa, e concede tempo para que a dívida possa ser paga e as finanças reestabilizadas, o que evidentemente não acontece em uma semana."

O presidente da James D.W. Incorporated ponderou, contudo, que há determinação dos procedimentos financeiros que uma substituição bancária deve adotar, quando presta dinheiro, para assegurar que de alguma maneira esse empréstimo será devolvido algum dia. "O que pode parecer uma dominação política é, de fato, a manifestação de uma conduta financeira que todo banco precisa ter", argumentou ainda, ao comentar o receio dos países devedores de que o Plano Baker apresentaria os mesmos inconvenientes do FMI, determinando o perfil econômico do país que receber o programa de assistência.

"É natural que um banco americano que faça empréstimos para a Argentina, por exemplo, exija do país informações sobre como seu dinheiro será empregado", defendeu Wolfensohn, revelando que essa preocupação está fundamentada na constatação de que nos últimos 20 anos "muito dinheiro foi injetado nos países devedores sem que aqueles que estavam emprestando soubessem exatamente como seus empréstimos estavam sendo aplicados e se produziam algum benefício real".

Compreensão

Wolfensohn lembrou "que uma nação que deseja ser aceita no fórum internacional financeiro tem de se submeter a um mínimo de normas". Entretanto, observou que um país pode enfrentar sérios problemas ao ser obrigado a adotar uma conduta política diferente. "Não existe chance de um país devedor seguir as regras do FMI se elas não são adequadas", afirmou ao comentar a determinação do governo brasileiro em seguir seu "ritmo próprio" e não as duras exigências do Fundo Monetário Internacional.

Ele não declarou se era correta ou não essa posição do governo brasileiro, mas disse que a fase de ajuste político e social que o Brasil atravessa precisa ser entendida pelas instituições financeiras internacionais. "A questão da dívida externa brasileira é seguramente um problema de difícil solução. Acho que o governo brasileiro está fazendo tudo o que pode para resolvê-lo, mas exige-se tempo e paciência".

Na opinião do banqueiro, o Brasil pode beneficiar-se muito com o auxílio financeiro do Plano Baker. Acredita que as atuais divergências entre o governo, o FMI e os bancos credores para a concretização de um acordo serão devidamente superadas. "Não tenho dúvidas de que as melhores condições de refinanciamento, oferecidas pelo Plano Baker, somadas aos esforços do governo brasileiro, possibilitarão uma rápida retomada do desenvolvimento econômico do País e a solução do problema da dívida externa em prazos mais compatíveis."

Ainda a respeito da economia brasileira, Wolfensohn também comentou a recente disposição do governo brasileiro de arcar apenas parcialmente com as dívidas externas de seus bancos privados liquidados na semana passada (Comind e Auxiliar), assim como de outros que venham a falir, comunicada pelo ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal. Ele reconheceu que a falência de algumas instituições bancárias brasileiras e decisões como essa do governo representam uma preocupação para os bancos internacionais e, evidentemente, não favorecem a rolagem da dívida externa. Mas no caso específico dos bancos liquidados agora, ele ressaltou que não deverá haver maiores complicações, uma vez que o Banco Central informou que os compromissos do pagamento das operações 63 dos bancos liquidados serão honrados.

Ao falar da economia americana, James D. Wolfensohn não escondeu seu otimismo quanto à retomada de crescimento que vem sendo observada há cerca de dois meses. "Há dois meses os economistas pensavam que os Estados Unidos poderiam crescer no máximo 2% em média. Agora, chegam a admitir que esse crescimento será da ordem de 3% a 4,5% no próximo ano".

**Paulo César Nascimento,
 AE-Campinas.**